

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: junho de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis

Índice

Consumo de classes C, D e E crescerá 7% ao ano até 2012 – Claudia Rolli – Folha de São Paulo – Mercado – 02/06/2010	3
Melhora na distribuição de renda vai ditar o ritmo de avanço do consumo - CLAUDIO FELISONI DE ANGELO – Folha de São Paulo – Mercado – 03/06/2010.....	4
Tendências da alimentação – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Mercado – 05/06/2010	5
Alimentos sobem menos e inflação recua em maio - PEDRO SOARES – Folha de São Paulo – Mercado – 10/06/2010	6
MDS elabora estratégia de educação alimentar para pessoas com deficiência auditiva e visual – Sítio Eletrônico do MDS – 15/06/2010	7
ONU pede ação conjunta contra a fome – Folha de São Paulo – Mercado – 16/06/2010.....	8
Para 75,5% das famílias, renda não cobre despesa –Jacqueline Farid e Glauber Gonçalves – Estado de São Paulo – Economia – 24/06/2010.....	8
MDS vai investir R\$ 100 milhões para aquisição de alimentos da agricultura familiar - <i>Dimas Ximenes</i> - Sítio Eletrônico do MDS – 18/06/2010.....	9
Anvisa aponta uso irregular de agrotóxicos em alimentos – Sítio eletrônico do MST – 24/06/2010	10
Renda familiar cresce 10,8%, mas falta dinheiro para comprar alimentos – Glauber Gonçalves e Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia – 24/06/2010.....	11
Marcel Mazoyer vem ao Brasil para série de debates sobre Agricultura e Segurança Alimentar – Sítio Eletrônico do INCRA – 25/06/2010	12
Propaganda de alimentos com alto teor de sal, açúcar e gordura terá alerta – Lígia Formenti - Estado de São Paulo – Vida – 30/06/2010.....	14

Consumo de classes C, D e E crescerá 7% ao ano até 2012 – Claudia Rolli – Folha de São Paulo – Mercado – 02/06/2010

Estudo da Fecomercio diz que ritmo de crescimento de consumo de emergentes é o dobro das classes A e B

Gastos com habitação vivem expansão e há novas prioridades; regiões Norte e Nordeste lideram expansão DE SÃO PAULO

O consumo de produtos e serviços nas classes C, D e E deve crescer em um ritmo que é o dobro do esperado para as classes A e B, segundo estudo feito pela Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo).

A projeção considera que o crescimento do consumo das famílias de faixas de renda até dez salários mínimos (R\$ 5.100) deve se manter entre 7% e 8% ao ano no período de 2010 a 2013.

Entre as famílias com renda superior a dez mínimos, o ritmo de expansão do consumo deve ser de 4% ao ano até 2013. Os cálculos levam em conta previsões de crescimento do PIB.

A dinâmica do consumo na classe média tem passado por mudanças nos últimos anos e deve se sofisticar cada vez mais, avalia Fabio Pina, economista da Fecomercio.

A alimentação representa 17% nas despesas de todas as famílias, que chegaram a R\$ 93,2 bilhões, segundo dados do IBGE atualizados para 2006. Nas classes C e D, esse peso é maior -chega a 23% e 27%, respectivamente.

Cerca de 30% das despesas totais das famílias foram destinadas para a habitação -os gastos com esse item em todas as faixas de renda chegaram a R\$ 27,8 bilhões.

MUDANÇA DE CONSUMO

"Esses padrões devem mudar nos próximos anos, tanto por região como por itens de consumo. O consumo nas regiões Norte e Nordeste deve crescer mais proporcionalmente do que no Sul e no Sudeste. Mas haverá uma mudança significativa no que se consome", diz Pina.

"O consumo de arroz e feijão não vai mudar. Mas itens como habitação devem ter ganho de espaço entre as famílias, especialmente as de menor renda, que têm mais acesso a crédito e podem se beneficiar de empreendimentos mais econômicos."

Para a Fecomercio, mantido o ritmo de expansão de consumo das famílias, a questão que deve ser debatida é como se pretende sustentar esse crescimento. O estudo projeta que o consumo das famílias pode atingir R\$ 2,42 trilhões até 2013 e R\$ 3,29 trilhões em 2020.

"Como a tendência é de os gastos do governo e os investimentos privados crescerem acima do PIB, pode haver déficit internacional, já que o país terá de recorrer a financiamento externo para se financiar ou haverá aumento da inflação."
(CLAUDIA ROLLI)

Melhora na distribuição de renda vai ditar o ritmo de avanço do consumo -
CLAUDIO FELISONI DE ANGELO – Folha de São Paulo – Mercado – 03/06/2010

A crise internacional em 2008 e 2009 que solapou as bases das principais economias do mundo abalou também o Brasil, porém de modo muito pouco significativo. A razão para essa situação absolutamente inédita é que o país mudou. A implementação das políticas anticíclicas para suavização dos efeitos depressivos vindos dos mercados externos, a partir de setembro de 2008, só foi possível em razão desse ambiente.

Para compreender, entretanto, a evolução do consumo e tentar delinear suas possibilidades é preciso retroceder a 1994, data da edição do Plano Real. O Real estabeleceu as condições para o crescimento posterior do consumo. Sem a estabilidade da moeda, não teria sido possível avançar.

Na verdade, de 1998 a 2003, o Brasil cresceu pouco em comparação a outros países emergentes: entre zero e 2,6%. Somente após 2003 é que a economia passa a registrar crescimento vigoroso. Boa parte dessa expansão foi catapultada pelo aumento da disponibilidade de crédito. Entre 2003 e 2009, o volume de crédito em termos nominais cresceu a taxas anuais entre 9% e 11%.

Esse ritmo foi sustentado fundamentalmente por uma dilatação dos prazos médios de pagamento. Nesse período, a taxa de juros declinou e a renda real cresceu. O avanço do consumo nos últimos anos é, portanto, muito compreensível. Entretanto, qual a importância relativa de cada um deles? Esse aspecto é essencial para que se possa vislumbrar a evolução futura do consumo.

Um trabalho recente realizado com dados estatísticos procurou medir a sensibilidade do consumo às alterações da renda e do volume de crédito. Verificou-se que um aumento de 1% no volume de crédito induz ao aumento do consumo da ordem de 0,1%.

O mesmo aumento de 1% na renda propicia elevação do consumo da ordem de 0,75% (Felisoni Consultores). Esse fato explica por que o crédito ainda é muito caro. A renda, portanto, é absolutamente essencial para sustentar o consumo. Porém não apenas a renda mas também sua distribuição. Melhoras da distribuição de renda e aumentos da renda real dependem também dos investimentos e do ritmo de evolução dos preços.

O que se pode esperar no futuro próximo? O Brasil apresenta condições favoráveis para expansão do consumo. Evidentemente, considerando a ainda baixa renda per capita e a elevada concentração, é de esperar que o consumo cresça vigorosamente nos próximos anos.

O atendimento dessa demanda de consumo se dará em um ambiente muito competitivo, com a presença marcante de novas formas e formatos de comercialização.

Uma superposição de atividades será a marca desse ambiente. O consumidor é o alvo. Esse alvo será perseguido com menos especialização e mais tenacidade.

CLAUDIO FELISONI DE ANGELO é presidente do Conselho do Provar.

Pesquisa mostra que 80% aceitariam pagar mais por alimentos produzidos com práticas sustentáveis

O DEPARTAMENTO de Agronegócio da Fiesp realizou uma extensa pesquisa nacional, com o Ibope, para avaliar o perfil do consumo de alimentos no Brasil, com o objetivo de comparar esse tema com o que acontece internacionalmente. E, como consequência, informar as pequenas empresas do setor sobre as necessárias inovações tecnológicas para melhor competir.

O foco era, portanto, o dos alimentos industrializados. Mas é claro que o rebate é direto a produção de matérias-primas, isto é, a atividade rural, sobretudo quanto à qualidade do produto. A pesquisa, muito abrangente, encontrou uma boa aderência entre as tendências nacionais e exteriores, tendo caracterizado quatro linhas principais: 1) conveniência e praticidade: "Com a vida que levo, não tenho tempo de cozinhar em casa". 2) confiabilidade e qualidade: "Para mim, a marca é o mais importante na hora de escolher o alimento"

3) sensorialidade e prazer: "Entre o alimento que é mais gostoso e outro que é mais saudável, escolho o mais gostoso".

4) saudabilidade, sustentabilidade, bem-estar e ética: "Dou preferência ao alimento mais saudável e àquele cujo produtor protege o ambiente e tenha projetos sociais".

O grupo mais numeroso (com 34% dos entrevistados) é o que se preocupa com a praticidade: são os consumidores que trabalham o tempo todo e mal conseguem cuidar da casa, da família e da vida e preferem comprar congelados, semi-prontos, priorizam saber a variedade, confiam na qualidade dos industrializados.

O segundo grupo, que prioriza confiabilidade e qualidade (com 23%), é composto pelos consumidores fiéis às marcas, tipos de produtos, lojas e fábricas e que até estão dispostos a pagar mais por produtos que achem de melhor qualidade.

O terceiro grupo, com 23% de preferência, também preocupado com sensorialidade e prazer, acha importante que o alimento seja gostoso e atraente: é de gente mais impulsiva na hora da compra, defende o prazer sem culpa.

O último grupo, com 21%, com forte potencial de crescimento, como no mundo todo, está atento à qualidade de vida, preocupados com certificação, selos de qualidade e questões ambientais e sociais.

A riqueza dos dados da pesquisa impede uma análise abrangente no espaço de um único artigo. Mas há algumas informações muito interessantes quando se trata de tendências. Uma delas é o grau de informação sobre a importância dos alimentos para a vida, de onde vem essa informação: 40% das respostas vêm da televisão, 20%, de médicos/nutricionistas, e 19%, da internet. Jornais têm 14%, e revistas, 12%.

Portanto, o marketing tem papel absolutamente fundamental na formação da tendência. Ela não é apenas determinada pela individualidade do consumidor e de sua história pessoal: propaganda é a palavra-chave. Aliás, 22% dos entrevistados nem sequer se consideram informados sobre a importância dos alimentos para a vida. Portanto, a questão da ética na informação também ganha grande importância. Quando está sinalizada uma tendência, por exemplo, de valorizar alimentos funcionais (que possuem ingredientes que ajudam à saúde), fica muito clara a

necessidade de uma propaganda que mostre a composição de cada produto e para que ele serve, como foi produzido, entre outros dados.

Isso dará aos produtores uma obrigação adicional, mas, em compensação, causará um diferencial positivo que deve ser remunerado.

Afinal, consultados sobre sua disposição de pagar mais por alimentos produzidos com práticas sustentáveis, 80% disseram que sim ou talvez, dependendo do produto. Está claro que o consumidor brasileiro já sabe o que quer.

ROBERTO RODRIGUES, 67, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp-Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

Alimentos sobem menos e inflação recua em maio - PEDRO SOARES – Folha de São Paulo – Mercado – 10/06/2010

Para analistas, desaceleração na economia no 2º tri ainda não influi nos preços

Queda da taxa, de 0,57% para 0,43%, é pontual, dizem economistas; no acumulado do ano, IPCA avança 3,09% DA SUCURSAL DO RIO

Com uma alta mais branda de alimentos, a inflação oficial do governo cedeu em maio e ficou em 0,43%. Mas ainda não há sinais de que o desaquecimento da economia no segundo trimestre já tenha se traduzido em preços mais baixos, revelam os dados IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Em abril, o índice do IBGE havia sido de 0,57%. A desaceleração foi pontual, dizem analistas, e se deveu quase que exclusivamente à menor pressão dos alimentos -que subiram 0,28%, ante 1,45% em abril.

Com a menor alta do grupo alimentação, o IPCA registrou em maio a mais baixa variação do ano. De janeiro a maio, o índice acumulou inflação de 3,09%. Em 12 meses, ficou em 5,22% -acima do centro da meta de inflação de 2010 (4,5%). Os dados mostram que a pressão de alimentos deu lugar, em maio, à dos serviços públicos e preços administrados. Subiram acima do IPCA médio do mês energia elétrica (1,23%), condomínio (1,17%), remédios (1,16%), taxa de água e esgoto (0,84%), aluguel (0,74%) e empregado doméstico -que sofre influência do salário mínimo e avançou 1,12%.

Para Laura Haralyi, economista do Itaú-Unibanco, a perda de ritmo da inflação é reflexo da desaceleração dos alimentos, movimento que tende a se intensificar em junho e julho -quando é provável que o IPCA registre taxas negativas.

"É uma tendência pontual. Os alimentos devem voltar a subir em agosto. A alta dos juros e o menor aquecimento da economia ainda não tiveram impacto na inflação."

Um sinal é o maior fôlego, em maio, dos aumentos dos serviços (0,62%) e dos bens duráveis (0,41%) -estes sob impacto do fim do IPI reduzido para automóveis, eletrodomésticos e móveis.

MDS elabora estratégia de educação alimentar para pessoas com deficiência auditiva e visual – Sítio Eletrônico do MDS – 15/06/2010

15/06/2010 11:18

Com o objetivo de elaborar uma estratégia de educação alimentar e nutricional voltada a pessoas com deficiência auditiva e/ou visual, especialmente as de baixa renda, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promove o Seminário Nacional de Educação Alimentar e Nutricional para pessoas com essas deficiências de 16 a 18 de junho (quarta a sexta-feira) em Brasília.

A abertura, às 10 horas, será feita pela ministra Márcia Lopes, o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Crispim Moreira, e o diretor da Secretaria, Marco Aurélio Loureiro. O encontro conta com a participação de 150 pessoas do poder público, profissionais na área e entidades que atendem e apoiam os deficientes visuais e auditivos.

O evento contará com plenárias e grupos de trabalho com debates sobre as dificuldades enfrentadas por essas pessoas na identificação e no consumo de alimentos saudáveis. São palestras e apresentações de experiências.

O grupo pretende discutir estratégias e ações necessárias para fortalecer a autonomia e o respeito às preferências e necessidades alimentares individuais dessas pessoas, intercambiar experiências e construir estratégias de segurança alimentar e nutricional, propor um protocolo de intenções entre as instituições presentes para intercâmbio de conhecimentos e práticas para possíveis ações conjuntas, e propor políticas públicas e construção de instrumentos metodológicos de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar.

A estratégia de educação alimentar e nutricional para pessoas com deficiência vai ao encontro da Constituição Federal, que garante a esse público o direito à saúde, assistência, proteção e integração social. O MDS já atende milhares de pessoas com deficiência por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado também a idosos.

Dados – Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Censo 2000, existem no Brasil mais de 16,6 milhões de pessoas com deficiência visual (incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar) e mais de 5,7 milhões com deficiência auditiva (incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir).

Adriana

Scorza

SERVICO

Seminário Nacional de Educação Alimentar e Nutricional para Pessoas com Deficiência Auditiva e/ou Visual

Data: 16 a 18 de junho de 2010 (quarta a sexta-feira)

Horário: 8h30 às 19h – abertura às 10 horas
Local: Carlton Hotel – Setor Hoteleiro Sul, quadra 5, bloco G – Brasília (DF)

ONU pede ação conjunta contra a fome – Folha de São Paulo – Mercado – 16/06/2010

A ONU (via FAO) e a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos) pediram que a comunidade internacional estabeleça um código de conduta que regulamente o setor agrícola e coordene atividades na luta contra a fome e a desnutrição.

Para 75,5% das famílias, renda não cobre despesa – Jacqueline Farid e Glauber Gonçalves – Estado de São Paulo – Economia – 24/06/2010

A maior parte das famílias brasileiras gasta mais do que ganha. Nada menos que 68,4% das famílias do País têm, em média, uma despesa mensal superior ao rendimento, segundo revela a Pesquisa de Orçamento Familiares 2008 e 2009 (POF). O aperto no orçamento é maior na parcela de renda até R\$ 2.490,00 e piora à medida que a renda fica mais reduzida.

Como resultado desse estrangulamento orçamentário, 75,5% das famílias revelaram que têm dificuldade para esticar a renda até o fim do mês. Na camada mais baixa, de famílias com rendimento mensal de até R\$ 830, as despesas médias, no ano passado, totalizavam R\$ 744, 98, enquanto o rendimento médio era de R\$ 544,21. O levantamento mostra, porém, uma evolução no equilíbrio orçamentário familiar, já que, na pesquisa anterior, de 2003, 85% das famílias estavam com gastos desequilibrados.

A coordenadora de trabalho e rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Márcia Quintslr, disse que, ainda que o desequilíbrio nas contas familiares ainda seja significativo, a redução do desequilíbrio em seis anos também é destaque. É um período de aumento real do rendimento e da ocupação, então o maior equilíbrio no orçamento é resultado desses fatores”, disse Márcia.

Tributos.

A pesquisa mostra também que as famílias que vivem na área rural do País têm menos despesas com tributos do que as famílias urbanas, mas os gastos com tributos estão crescendo no campo nos últimos anos. Do total de despesas das famílias rurais, 5,4% eram direcionados para impostos e pagamentos de contribuições trabalhistas em 2009, enquanto na área urbana esse percentual era de 11,3% (em 2003, era de 11,4%).

No entanto, com a formalização do trabalho no campo, as despesas com tributos das famílias rurais aumentaram em seis anos, já que somavam 4,4% do total de despesas em 2003. De qualquer modo, a pesquisa do IBGE mostra um forte aumento das despesas com tributos e contribuições, nas áreas urbana e rural, entre 1975 e 2009, passando respectivamente, no caso urbano, de 4,7% para 11,3% e, no

rural, de 2,4% para 5,4%. No que diz respeito aos gastos com pagamento de dívidas, totalizavam 2,0% das despesas familiares em 2003, passando para 2,1% em 2009, fatia inferior aos 3,6% de 1975. A coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, Márcia Quintslr, disse que a composição das despesas na POF mostra “evidências” de aumento do rendimento das famílias nos últimos seis anos. “Não há valores, a pesquisa não traz isso, mas há evidências”, disse.

MDS vai investir R\$ 100 milhões para aquisição de alimentos da agricultura familiar - *Dimas Ximenes* - Sítio Eletrônico do MDS – 18/06/2010

18/06/2010 11:25

Mais reforço na segurança alimentar e nutricional. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) liberou R\$ 100 milhões para a Companhia Nacional de Alimentos (Conab) executar o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em todo o País. Esse valor é a terceira parcela de um total de R\$ 260 milhões previstos para 2010 e faz parte de um termo de cooperação entre o MDS e a Conab, que prevê R\$ 740 milhões para o período de 2009 a 2011. As duas primeiras parcelas do exercício deste ano foram liberadas em janeiro e abril e totalizam R\$130 milhões.

O PAA é uma ação do MDS em que a Conab é um dos parceiros na execução. A Companhia opera, com recursos do MDS, três modalidades: Compra Direta Local, Compra com Doação Simultânea e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar. De 2003 a 2009, o Ministério já liberou para a Conab R\$ 1 bilhão para adquirir 915 mil toneladas de alimentos.

Por meio da liberação desses R\$ 100 milhões para CONAB espera-se adquirir 167 mil toneladas de alimentos de 70 mil agricultores em todo o Brasil em 2010. O Programa permite a compra de uma grande variedade de produtos, utilizados no abastecimento da rede de equipamentos públicos de Alimentação e Nutrição (Banco de Alimentos, Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares) e da rede socioassistencial.

Além da Conab, o MDS também estabelece parceiras com governos estaduais e municipais para implementação do PAA. Em 2009, foram aplicados no programa R\$ 501 milhões, permitindo a aquisição de 378 mil toneladas de alimentos e beneficiando 120 mil agricultores e 13 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade. Para 2010, os recursos totais do programa são de R\$ 623 milhões com meta de adquirir R\$ 360 toneladas de alimentos de 140 mil agricultores e atender a 15 milhões de pessoas.

PAA - O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem o objetivo de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão econômica e social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, visa abastecer equipamentos públicos de alimentação e nutrição – Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos e a rede sócio assistencial.

O programa prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e os doa a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Parte dos alimentos, também, é destinada à recomposição dos estoques estratégicos do Governo Federal.

Os alimentos adquiridos pelo PAA são isentos de licitação e comprados por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais.

As modalidades do Programa são definidas por decreto presidencial e os limites financeiros de participação por agricultor familiar varia por modalidade. Atualmente os limites anuais de participação são: nas modalidades de compra com doação simultânea (operacionalizada por Estados, municípios e Conab) o limite é de R\$ 4.500,00 / família; nas modalidades compra direta e formação de estoques, ambas operacionalizada pela CONAB o limite é de R\$ 8.000,00 e na modalidade de incentivo a produção e consumo de leite o teto é de R\$ 4.000,00 por semestre.

Nas regras atuais já é possível uma família de agricultores acessar simultaneamente as diferentes modalidades, alcançando um teto de operações no valor de R\$16.000,00, desde que na modalidade de apoio a formação de estoques pela agricultura familiar, a quitação da Cédula do Produtor Rural CPR-Estoque seja feita financeiramente.

Leite - O Programa do Leite, também conhecido como Leite Fome Zero, é uma das modalidades do PAA. O Programa atende os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Ele é direcionado aos agricultores familiares e também aos segmentos populacionais vulneráveis, que têm direito a receber o leite gratuitamente.

O Programa compra o leite de produtores familiares, com produção de até 100 litros de leite por dia, a um preço pré-determinado. Por semestre, o produtor pode receber até R\$ 4 mil. O leite adquirido é beneficiado em laticínios contratados e entregue às famílias em situação de insegurança alimentar nos municípios do Semiárido.

Clique aqui e ouça o boletim de rádio: [MDS vai investir R\\$ 100 milhões para aquisição de alimentos da agricultura familiar](#)

Anvisa aponta uso irregular de agrotóxicos em alimentos – Sítio eletrônico do MST – 24/06/2010

24 de junho de 2010

Do Valor Econômico

Levantamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mostra que uma parcela importante dos alimentos consumidos em 2009 teve algum tipo de irregularidade do ponto de vista do uso de defensivos químicos.

Quase 30% das amostras coletadas em um universo de 20 culturas apresentaram alguma ilegalidade, seja no nível de resíduo acima do permitido, uso de produtos não autorizados para a cultura e até mesmo utilização de defensivos em que a Anvisa já

sugeriu o banimento.

O caso mais problemático está no pimentão, em que 80% das amostras foram consideradas insatisfatórias.

Além disso, uva (56,4%), pepino (54,8%) e morango (50,8%) tiveram um grande número de amostras com problemas. "Os níveis registrados não são bons e preocupam do ponto de vista de saúde pública", diz Luiz Cláudio Meirelles, gerente de toxicologia da Anvisa.

Segundo Meirelles, um dos pontos que chama atenção é o fato de ter sido encontrado nos produtos uma quantidade elevada de defensivos que estão em fase de reavaliação toxicológica para serem banidos, entre eles endossulfan, acefato e o metamidofos.

Esses produtos foram encontrados no pepino, pimentão, cenoura, cebola, tomate e alface. "Se esses níveis fossem encontrados em produtos exportados para a Europa, por exemplo, certamente seriam recusados", diz.

A indústria se defende. Segundo Eduardo Daher, diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), as estatísticas podem estar distorcidas, uma vez que as amostras não foram coletadas em São Paulo, maior centro de consumo e onde a exigência é mais elevada ante o restante do país.

Além disso, dos 29% de amostras com problemas, 23,8% são referentes ao uso de produtos não autorizados para a cultura. Ele explica que antes dos anos 80 a regra para o uso de defensivos em pequenas culturas era feita por similaridade, como tubérculos, folhagens, entre outros. Só a partir daí é que entrou em vigor uma legislação que exigia um registro para cada produto. "Isso fez as indústrias se desinteressarem por culturas menores".

O produto, porém, continuou sendo fabricado para grandes culturas e os agricultores usando, mesmo que o registro permitisse a aplicação apenas em lavouras específicas. "Precisamos criar uma agenda positiva para levar extensão ao produtor e não pânico ao consumidor", diz Daher.

Renda familiar cresce 10,8%, mas falta dinheiro para comprar alimentos – Glauber Gonçalves e Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia – 24/06/2010

Cresceu 10,8% de 2003 para 2009, bem acima dos 6% de alta dos gastos domiciliares no mesmo período. Mas, apesar do avanço no poder aquisitivo, mais de um terço das famílias (35,5%) vive com “insuficiência da quantidade de alimentos consumidos”, como mostra a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento demonstra que a meta “fome zero” lançada no início do governo Lula ainda não é realidade no País, embora o acesso das famílias brasileiras à comida tenha aumentado significativamente em sete anos. Na POF anterior, referente a 2002/2003, a alimentação era insuficiente para 46,7% das famílias consultadas. De acordo com os dados coletados no ano passado, na Região Norte, que teve o maior aumento de renda (19,16%), passando à média mensal de R\$ 2.092,32, mais de 50% das famílias ainda não comem o que necessitam. Para o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, os dados confirmam a redução da desigualdade no País, porém em ritmo inferior ao do desenvolvimento econômico. “Nós percebemos a redução das desigualdades de uma forma clara. Ela revela o padrão de desenvolvimento da nossa

economia, entretanto numa velocidade menor do que o grau de enriquecimento do País”, avalia.

Em todo o País.

Houve redução da fome em todas as regiões brasileiras. Os destaques são o Sudeste, onde os alimentos eram insuficientes para 43,4% das famílias em 2003 e em 2009 a situação baixou para 29,4%, e o Norte (de 63,9% para 51,5%). Apesar de comerem mais, as famílias brasileiras ainda não conseguem escolher os alimentos. Apenas 35,2% delas consomem sempre os alimentos “do tipo preferido”, enquanto 52% nem sempre conseguem comer o que querem. Outras 12,9% das famílias “raramente” dispõem do tipo preferido.

Já as despesas mensais de consumo das famílias com transporte cresceram nos últimos anos e boa parte desse aumento pode estar associada à maior disponibilidade de financiamento para a compra de automóveis, avaliam os técnicos do IBGE. A POF mostra que, em 2009, a maior parte das despesas familiares de consumo (75%) estava com o trio transporte, alimentação e habitação, praticamente o mesmo percentual de 2003. Porém, enquanto a fatia da alimentação no total de despesas de consumo caiu um pouco entre 2003 (20,8%) e 2009 (19,8%), e o percentual da habitação ficou inalterado em torno de 36%, no caso do transporte houve aumento de 18,4% para 19,6%, ou seja, parte dos gastos com alimentação foi deslocada para o transporte. O gerente da POF, Edilson Nascimento Silva, disse que o aumento nos gastos com transportes está relacionado a dois fatores: maior disponibilidade de financiamento para compra de carros e alta nos preços dos combustíveis.

Além do transporte, também subiram os gastos de consumo com assistência à saúde (6,5% para 7,2%), mas caiu a parcela voltada para educação (4,1% para 3%). Para José Márcio Camargo, o aumento na aquisição de automóveis é mais um dado que mostra a redução da pobreza. “A mudança da estrutura de gastos indica que as famílias brasileiras ficaram mais ricas nesse período. Com aumento da renda, tendem a gastar mais com transporte, automóvel e gasolina.”

Marcel Mazoyer vem ao Brasil para série de debates sobre Agricultura e Segurança Alimentar – Sítio Eletrônico do INCRA – 25/06/2010

Marcel Mazoyer, professor emérito de Agricultura Comparada e de Desenvolvimento Agrícola do Instituto Nacional Agrônômico Paris-Grignon (França), estará no Brasil a partir deste sábado, 26, a 6 de julho, para lançamento da edição brasileira de seu livro História das agriculturas no mundo - do neolítico à crise contemporânea, publicado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e pela Editora Unesp. Ele realiza ainda palestras em Porto Alegre, São Paulo, Brasília, Recife e Curitiba, sobre o tema Agricultores do mundo e segurança alimentar: grandes desafios para o século XXI.

O livro, escrito em conjunto com Laurence Roudart, traça a epopeia que parte das primeiras domesticações e segue à diversidade contemporânea pela perspectiva dos camponeses produtores e vendedores dos produtos agrícolas. Em sua visita ao Brasil, o professor participa de seis eventos de lançamento do livro e debate sobre o assunto em cinco capitais brasileiras. Após os debates, haverá sessão de autógrafos:

Agenda

- Porto Alegre - RS, segunda-feira, 28 de junho, às 10h, no Auditório da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, à Avenida João Pessoa, 52 (3º andar) - Campus Centro.
- São Paulo - SP, quarta-feira, 30, às 10h, no Auditório da Editora Unesp, Praça da Sé, 108, 7º andar - Centro.
- Brasília - DF, quinta-feira, 1º de julho, às 9h, no Auditório da Reitoria da UnB, Campus Darcy Ribeiro.
- Recife - PE, sexta-feira, 2 de julho, às 9h30min, no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, à Avenida Acadêmico Hélio Ramos, s/n, CFCH - Térreo.
- Curitiba - PR, segunda-feira, 5 de julho, às 14h, no Auditório da Direção do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, à Rua dos Funcionários, 1540, Juvevê.
- Curitiba - PR, terça-feira, 6 de julho, às 19h30min, no Anfiteatro da FESP, à Rua Dr. Faivre, 141 - Ao lado da UFPR.

Sobre

o

livro

O problema das desigualdades existentes no mundo contemporâneo relacionadas à questão agrária é discutido de forma aprofundada em História das agriculturas no mundo - do neolítico à crise contemporânea, lançamento do NEAD/MDA, em parceria com a Editora Unesp. Marcel Mazoyer e Laurence Roudart, pesquisadores com 40 anos de experiência na área, analisam as interações entre o agricultor e sua família, os recursos naturais físicos e biológicos necessários no momento da produção e as técnicas utilizadas para a sua transformação, tendo como base diferentes categorias de estudo como agronomia, economia e ecologia, que são articulados a elementos de história, arqueologia, geografia, paleontologia, sociologia e tecnologia.

Além de todo o histórico rural, História das agriculturas no mundo também contribui para discussão de temas presentes no mundo contemporâneo, como, por exemplo, os riscos da globalização e da liberalização acentuarem ainda mais as desigualdades entre os países, aumentando o desemprego e a pobreza. Mostra ainda como uma agricultura que não esteja preparada com equipamentos e proteção acaba sofrendo com a falta de meios para se fortalecer e tem queda no preço de seus produtos.

Mazoyer e Roudart buscam mostrar o desenvolvimento da economia camponesa relacionando-o a outras medidas para tirar as populações do estado de pobreza. A criação de um sistema de organização mundial que agrupe países com níveis tecnológicos e de produtividade semelhantes deve-se unir a condições de acesso à terra e aos meios para produzir, para que cada país tenha um desenvolvimento

agrícola equilibrado e fortemente orientado.

Sobre os autores

Marcel Mazoyer é professor emérito de Agricultura Comparada e de Desenvolvimento Agrícola no Instituto Nacional Agrônômico Paris-Grignon, onde sucedeu ao professor René Dumont. Laurence Roudart . É mestre de conferências de economia política agrícola e alimentar no Instituto Nacional Agrônômico Paris-Grignon.

Informações

O livro pode ser adquirido na Editora Unesp:

http://www.editoraunesp.com.br/titulo_view.asp?IDT=1142

Título: História das agriculturas no mundo - do neolítico à crise contemporânea

Autores: Marcel Mazoyer e Laurence Roudart

Número de páginas: 567

Formato: 16 x 23 cm

Propaganda de alimentos com alto teor de sal, açúcar e gordura terá alerta –
Lígia Formenti - Estado de São Paulo – Vida – 30/06/2010

Uma nova estratégia para tentar melhorar a alimentação do brasileiro e enfrentar o aumento da obesidade no País entra em vigor dentro de seis meses. Propagandas de alimentos com alto teor de gordura – saturada ou trans –, com grande quantidade de sal ou de açúcar e bebidas com baixo poder nutritivo passarão a ser veiculadas com frases de advertência sobre os males à saúde que podem provocar quando consumidos em excesso.

Publicada ontem pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a resolução é considerada um avanço para a saúde pública, mas vem em uma versão bem mais branda que a proposta inicial, apresentada há três anos e meio. “Ajustes precisaram ser feitos”, afirmou a gerente -geral de monitoramento e fiscalização da Anvisa, Maria José Delgado Fagundes.

No texto original, propaganda desses alimentos, além de ser feita com advertências, somente poderia ser veiculada das 20 horas às 6 horas. Ficavam proibidos o uso de figuras, desenhos e personagens admirados pelas crianças nos comerciais, além da distribuição de brindes e promoções. No texto final, desenho se distribuições de brindes são permitidos, mas terão de vir acompanhados das advertências. “Mesmo com ajustes, a legislação brasileira é pioneira e atende recomendações recentes feitas pela Organização Mundial da Saúde”, diz Maria José.

A maior preocupação é preservar as crianças do grande apelo para o consumo

de alimentos industrializados, com baixo teor nutritivo e com alta dosagem de substâncias que, quando consumidas em excesso, são prejudiciais à saúde. Propagandas de produtos com muito açúcar virão acompanhadas do alerta de que, quando consumidos em excesso, podem provocar risco de obesidade e cárie dentária. Os que contiverem grande quantidade de gordura saturada virão acompanhados da frase: “Contém muita gordura saturada e, se consumida em grande quantidade, aumenta o risco de diabetes e de doença do coração.” Aqueles que apresentarem mais de um nutriente em excesso terão a advertência de que o produto aumenta o risco de obesidade e doenças do coração. Quando a propaganda for veiculada na TV, o alerta será feito pelo personagem principal. A resolução proíbe que sejam usados desenhos ou indicações que levem o consumidor ao erro ou a acreditar que o produto tem características nutritivas superiores às que de fato apresenta.

A medida não afeta as embalagens. De acordo com a Anvisa, rótulos têm de ser harmonizados nos países integrantes do Mercosul. Mudanças não podem ser feitas unilateralmente. Desde que foram apresentadas, as propostas para regras de propaganda de alimentos com alto teor de gordura, sódio e açúcar vieram acompanhadas de polêmica. Para tentar evitar conflitos e ações judiciais, o texto da resolução publicada ontem foi acompanhado por um grupo de trabalho e pela Advocacia Geral da União. Maria José afirma que havia ainda alguns pontos polêmicos. A solução foi fazer uma versão mais enxuta, mas que fosse mais rapidamente publicada.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



IAO

nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

